



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**A SOBRECARGA DAS MULHERES NA RESPONSABILIDADE DO CUIDADO E
REPRODUÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
PANDEMIA DA COVID-19**

ANA THEREZA DANTAS SILVA¹

ADNA VIEIRA DE LIRA²

CAROLAYNE GONÇALVES DO NASCIMENTO³

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo entender os efeitos do período da pandemia da Covid-19 e a sobrecarga gerada sobre as mulheres através da apropriação de seu tempo e a responsabilização do cuidado no âmbito da reprodução social. Partimos da análise qualitativa de dados na perspectiva de compreender os impactos do neoliberalismo, avesso às políticas sociais, no período pandêmico, especialmente no que tange a vida das mulheres da classe trabalhadora. Por fim, apresentamos as principais considerações e a importância do debate no Serviço Social acerca da temática.

Palavras-chaves: mulheres; reprodução social; apropriação; covid-19; serviço social.

ABSTRACT

The research aimed to understand the effects of the Covid-19 pandemic period and the overload generated on women through the appropriation of their time and the accountability of care in the context of social reproduction. We started from the qualitative analysis of data from the perspective of understanding the impacts of neoliberalism, averse to social policies, in the pandemic period, especially with regard to the lives of working-class women. Finally, we present the main considerations and the importance of the debate in Social Work on the subject.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Keywords: women; social reproduction; appropriation; covid-19; social services.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva lançar contribuições acerca do debate sobre a apropriação do tempo das mulheres dentro dos serviços vinculados ao trabalho produtivo e reprodutivo durante o período pandêmico. Para isso, utilizaremos a perspectiva crítica-dialética a partir de referências bibliográficas e a análise qualitativa de dados quantitativos disponíveis nas bases de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que circunscrevem o período pandêmico.

Durante o processo de desenvolvimento social e humano, o termo “gênero” foi entendido a partir de determinismo biológico, ou seja, homem e mulher sempre foram analisados pelas suas características físico-biológicas, sem colocar em evidência determinantes históricos e sociais. De acordo com a Maria Mies (2016), em seu texto “Origens da Divisão Sexual do Trabalho”, é somente a partir do fortalecimento do movimento feminista que esse assunto ganha notoriedade e passa a ser debatido de fato, para além do tabu científico e biologicista.

A naturalização dessa divisão entre gêneros é, sem dúvidas, um dos pontos centrais para o aprofundamento da desigualdade. Conforme crescemos e nos desenvolvemos, aprendemos que a mulher é o “sexo mais frágil” e, em contrapartida, o homem desponta como o “portador natural da força”. Alinhado a isso, estabelece-se a ideia de submissão da mulher em relação ao homem, pontuando o último como detentor da autoridade e a mulher a partir de um viés sexualizado e doméstico. De acordo com Lukács (2012), a ideologia é categoria fundamental à organização do ser diante das ações e reações com o meio e com os outros.

Definir as diferenças entre homem e mulher como algo natural e biológico faz parte do processo patriarcal e desigual que marca a trajetória do capitalismo. A contrapelo, é preciso entender o gênero como uma definição socialmente produzida, nas bases das relações sociais de classe e raça, dentro da sociabilidade capitalista. Na perspectiva das feministas marxistas, esse processo se inicia pelo entendimento da divisão sexual do trabalho, tendo como categorias centrais de análise o patriarcado e o aprofundamento e legitimação do modo de produção capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Frente ao exposto, o patriarcado e o racismo se mostraram - e se mostram - extremamente necessários para o aprofundamento do capitalismo, na medida em que empurra para as mulheres responsabilidades de trabalho que deveriam ser garantidas pelo Estado e sociedade. Em momento de aprofundamento do neoliberalismo e ajuste fiscal permanente, é o trabalho das mulheres que é convocado para suprir lacunas fundamentais; é o tempo das mulheres que é apropriado pelo Estado para manter as engrenagens da produtividade capitalista funcionando. Portanto, somos, em maioria, as que ocupam os postos do trabalho de cuidado, do trabalho doméstico e os lugares mais precarizados da produção social.

Para melhor discorrer sobre o que estamos introduzindo, objetivamos desenvolver nos próximos tópicos a origem da divisão sexual do trabalho, seus efeitos e consequências; a sobrecarga das mulheres na esfera reprodutiva frente ao ajuste fiscal e à pandemia de Covid-19; e, por fim, contribuições do Serviço Social somadas a possíveis caminhos de enfrentamento e luta.

2 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Reafirmando a máxima de Lukács (2012), o trabalho é a categoria fundante do ser social. É através do trabalho que o homem transforma a natureza para suprimento das necessidades fundamentais e, a partir dessa relação, transforma a si mesmo. Portanto, sem o trabalho não haveria qualquer possibilidade de produção e reprodução da humanidade.

A partir do século XVI, com a consolidação do modo de produção capitalista, o trabalho adquire “nova roupagem”, complexificando-se e criando novas necessidades. Insere-se, longe do seu sentido inicial de valor de uso, como ferramenta de reiteração e ampliação da produção capitalista; ou seja, nas relações sociais estabelecidas e determinadas, está em função da valorização do capital. Nesse sentido, tudo que é produzido socialmente é apropriado de forma privada, logo, a riqueza de um polo só cresce com a subsunção do outro.

Desse modo, com a relação entre capital e trabalho estabelecida, surge a imposição de alguns conceitos, tais como produtividade, jornada e tempo de trabalho, dentre outros. Esses aspectos assomam como forma crucial nas condições e relações de trabalho. Por necessidade constante da produção e reprodução desse sistema, urge a necessidade de organizar a estrutura

dos núcleos de produção privados: as famílias. Pois, para melhores resultados na esfera pública, faz-se necessária a separação do trabalho pelo gênero do indivíduo.

De acordo com Ávila e Ferreira (2014), esses determinantes partem da divisão sexual do trabalho, expressa pelas relações sociais que associam os homens à produção e à esfera pública e, por outro lado, as mulheres à reprodução e ao espaço privado. Por suas características biológicas e funções reprodutoras, as mulheres são colocadas no lugar do cuidado da casa e dos filhos como se fosse algo instintivo e natural. Parte-se do pressuposto que essa condição advém da natureza e não da forma como a cultura se impõe e se estabelece, privilegiando os espaços culturais aos homens.

A estruturação da origem da divisão sexual do trabalho assumida no capitalismo se deu - e se dá - por construções ideológicas de diferenças naturais entre homens e mulheres, por meio de atributos naturais para cada sexo, baseando-se na ideologia da natureza. No entanto, a afirmativa de uma força natural maior do homem, quando se comparado com a mulher, passa a ser questionada pelas formas históricas e concretas a partir da utilização do trabalho das mulheres em diferentes sociedades ao decorrer do desenvolvimento humano. Na verdade, o que se esconde por trás dessa diferença “natural” é o processo de dominação do homem para com a mulher.

Em sua tese de doutorado “Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências”, a autora Verônica Ferreira (2017) irá pontuar que para a perspectiva materialista, a divisão sexual do trabalho se origina e dá sustentação a desigualdade existente entre homem e mulher. É sobre essa divisão que se fundam os processos de exploração, dominação e antagonismos nas relações sociais entre os sexos. Sobre isso, Ferreira (2017) *apud* Hirata e Kergoat (2007) aponta que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 596).

O tempo social improdutivo das mulheres, por não ser gerador direto de mais-valia dentro da sociabilidade capitalista, é visto como algo ilimitado, que naturalmente deve ser usado e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apropriado pelo estado-sociedade. É importante pontuar, também, que são mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora que estão submetidas a uma maior exploração do seu tempo social improdutivo, visto que se encontram na base das expressões da “Questão Social⁴”, entendida por nós como a expressão das questões produzidas pela contradição entre capital e trabalho. São, portanto, as mais presentes dentro dos serviços públicos e maiores beneficiárias das Políticas Sociais; e, diante da sua ausência, as mais prejudicadas.

É no trabalho doméstico que se garante a reprodução social, dentro da esfera de garantia da sustentação da força de trabalho. O trabalho não remunerado das mulheres dentro da esfera doméstica, seja ele o trabalho de cuidado, de manutenção e limpeza, entre outros, é o que traz base para a manutenção da ordem social. De forma prática, são as mulheres que organizam a rotina doméstica, promovendo todas as atividades fundamentais para que os homens se ausentem do lar para desenvolvimento de atividades laborais na esfera produtiva; e, mesmo quando elas também necessitam realizar as mesmas atividades no espaço público, permanecem ocupando essa função.

Logo, nada disso acontece “por acaso” ou paira sobre a humanidade como uma “nuvem”. O capitalismo e o patriarcado, intrinsecamente ligados, são as estruturas de sustentação que forjam as relações sociais estabelecidas sob esse formato. Na formação sócio-histórica brasileira, para ser mais precisa, há ainda um determinante fundamental: tendo em vista que o país foi construído, a ferro e fogo, em cima do trabalho negro, não há como ignorar nas análises - se visam totalidade - raça/etnia. Assim, constroem-se dialeticamente as estruturas de dominação centrais: o capitalismo, o racismo e o patriarcado, que se retroalimentam.

3 A APROPRIAÇÃO DO TEMPO DAS MULHERES NO CONTEXTO DE APROFUNDAMENTO NEOLIBERAL: a pandemia de covid-19 e suas consequências

Como discorreremos no tópico anterior, o tempo das mulheres é apropriado pelo Estado para cobrir lacunas ampliadas pelo avanço do neoliberalismo e, decorrente disso, pela aversão aos direitos fundamentais e às políticas sociais, mesmo nos limites da legislação burguesa. Além disso, as políticas públicas, elaboradas sob hegemonia do capitalismo neoliberal, trazem as

⁴ Iamamoto (2003, p. 27) explica que a questão social é o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres para o foco do seu desenvolvimento e execução, mas não em uma tentativa de aliviar seus fardos, pelo contrário.

Conforme apontado por Ferreira (2017) existem tendências da reprodução do capital na atualidade, e uma delas é a apropriação do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social. Ou seja, para que se garanta a hegemonia do estado burguês capitalista, é necessário que ocorra, também, a apropriação do tempo “livre” das mulheres. Assim sendo, mulheres, em sua maioria das classes subalternas, dedicam tempo e força de trabalho para a garantia da reprodução do capital, tendo o Estado como mediador desse processo. Ao empurrar esses cuidados para as mulheres, o estado burguês capitalista garante a apropriação dessa mão de obra não remunerada, bem como a legitimação da ordem vigente, e a liberação do fundo público para o capital, uma vez que, ao não investir em políticas sociais de cuidado, o Estado passa a economizar no orçamento disponível.

Essa perspectiva da responsabilidade do cuidado sobre as mulheres abrange diversos aspectos, desde os afazeres domésticos e cuidado com os filhos até a saúde, educação e assistência. Desse modo, o trabalho exercido gratuitamente no âmbito doméstico, realizado em grande maioria por mulheres, é benéfico para a acumulação capitalista, tendo em vista que é fundamental para a reprodução da força de trabalho e manutenção do poder dos homens (Ávila; Ferreira, 2014).

Em relação a isso, Ferreira (2017, p. 21 *apud* Oliveira (2013) pontua que:

Esta estratégia não é um apanágio neoliberal: o neoliberalismo atualiza uma relação constituinte do Estado capitalista como um Estado patriarcal. É, com efeito, um apanágio do Estado monopolista no capitalismo periférico, e de suas políticas sociais, nos quais “a exceção é o condômino da expansão capitalista”, no qual velho e arcaico se combinam para produzir uma forma própria de sociedade: o ornitorrinco.

Neste sentido, entende-se que é no processo de aprofundamento do neoliberalismo, dentro de um estado patriarcal, que as mulheres irão ser chamadas para realizar tarefas de cuidado em relação a saúde, educação, ao lar etc. As próprias políticas sociais irão ser pensadas e criadas nesse sentido, pois quando se afirma que, por exemplo, a educação será garantida “pelo Estado e pela família”, impõe-se na mulher, em especial, este tipo de demanda.

Essas determinações reverberam também na esfera produtiva da vida das mulheres. Marcondes (2014) afirma que algumas profissões de nível superior permanecem associadas às atividades de cuidado e são ocupadas principalmente por mulheres, como Enfermagem,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pedagogia e Serviço Social. Assim, o cuidado em nossa sociedade é uma atividade regida e associada sempre ao gênero feminino, seja no espaço familiar ou na inserção no mercado de trabalho.

Verônica Ferreira (2017), ao debater sobre a apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social, ressalta que a naturalização da atribuição das mulheres na esfera privada migra, também, para uma naturalização do cuidado nos serviços de saúde. Nesse âmbito, impõe-se o familismo, qualificado pela transferência do papel do Estado no cuidado da saúde para o meio familiar. O que ocorre, de fato, é uma sobrecarga na vida das mulheres, pois, como apontado pela supracitada autora, ocorre a naturalização e responsabilização da mulher no processo de cuidado com enfermos, enfatizando o caráter conservador dessa política. As responsabilidades que deveriam ser supridas pelo Estado através da efetivação e financiamento das políticas de saúde pública são transferidas para as mulheres.

A referida autora pontua que, em uma perspectiva materialista, essa naturalização do trabalho do cuidado da saúde nas mãos das mulheres expressa um plano cultural, mas não só. Representa, também, a validação e hegemonia de ideologias patriarcais, que apresenta nitidamente o interesse concreto sobre “o tempo apropriado do sujeito social subordinado nas relações sociais de sexo, classe e raça” (Ferreira, 2017, p. 157).

Em um país de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, que nunca acessou políticas sociais de forma ampla, essa ausência se evidencia e se aprofunda de forma diretamente proporcional ao avanço predatório do capital. Em cenários de crises generalizadas (econômica, social e ambiental), como no caso da Covid-19, as contradições se acirram evidenciando o caráter imbricado de classe, raça e gênero dos indivíduos mais afetados.

Partindo para termos quantificáveis, segundo dados do DIEESE (2024), a pandemia da Covid-19 afetou mais as trabalhadoras. Além disso, no período após a pandemia as mulheres sentiram mais dificuldade em retornar ao mercado de trabalho, enfrentando taxas de desemprego mais altas em comparação aos homens, que conseguiram voltar às condições anteriores à crise. Isso ocorre porque, durante a pandemia, muitas mulheres precisaram assumir outras atividades em suas casas, como o cuidado de outras pessoas, precisando, por vezes, abdicar do seu emprego. Outras perderam seus cargos de trabalho em áreas que foram mais afetadas pela pandemia, como comércio, restaurantes e serviços. Logo, com a retomada das atividades econômicas, muitas ainda não conseguiram se reestabelecer.

Em momentos de crise, como epidemias e pandemias, a tendência da apropriação do tempo das mulheres se intensifica de forma ainda mais escancarada, como o ocorrido durante a pandemia do Covid-19. De acordo com os dados do DIEESE (2024), é nessas situações que as mulheres são requisitadas para tarefas de cuidado em seus domicílios. Porém, tal fato não se limita ao âmbito da reprodução social. Nas crises, mulheres também são chamadas ao trabalho nas ações de promoção e prevenção no nível da atenção básica de saúde, por meio de práticas individuais, adaptações e conscientização no combate a esses determinantes histórico-sociais. Portanto, entende-se que:

Os determinantes sociais e ambientais das epidemias estão relacionados diretamente à falta de investimento nas políticas estruturais de promoção da saúde, em particular, no enfrentamento da precariedade do saneamento público. No cotidiano das mulheres, seus impactos se traduziram, de um lado, em sobrecarga com cuidados de familiares, e, de outro, em agravamento do confinamento doméstico (Ferreira, 2017, p. 163).

Ferreira (2017) aponta que o tempo dedicado pelas mulheres, em um trabalho não remunerado, para com o cuidado da saúde representa apenas uma ação paliativa, sustentada pela exploração de mulheres, em sua maioria pobres, que ao se dedicarem a esse cuidado comprometem, também, seu próprio bem-estar e saúde. A partir disso, observa-se que essas condições postas representam na apropriação da força de trabalho necessária, na legitimação da ordem social vigente e na garantia de liberação do fundo público para a apropriação por parte do capital, pois na medida em que o Estado se ausenta desses cuidados, os passando para as mulheres, permite-lhes economizar com políticas sociais que de fato sejam efetivas. Ou seja:

O tempo social-improdutivo das mulheres, seja no trabalho doméstico na esfera privada, seja nas diversas formas de trabalho informal, é funcional ao capital e socialmente necessário à sua reprodução. Isto não se dá, efetivamente, sem a mediação do Estado e configura, nesse sentido, uma de suas tendências no capitalismo dependente (Ferreira, 2017, p. 169).

De acordo com o relatório feito pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2022) a pandemia da Covid-19 teve um impacto maior sobre as mulheres nas Américas, afetando seu desenvolvimento, condições de trabalho e bem-estar social e ocasionando o aumento da desigualdade de gênero na saúde. No estudo apresentado, a organização demonstra que a pandemia intensificou a crise já existente da desigualdade de gênero, pois se trata de uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

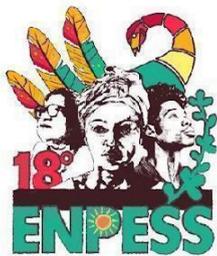
condição econômica, política e social. O papel da mulher diretamente no cuidado foi um dos fatores que aumentou seus riscos de contrair Covid-19, tendo em vista que ocupam majoritariamente cargos na saúde na linha de frente ao cuidado, sendo expostas a riscos pela exposição direta ao vírus. Ao chegarem em suas casas, ainda, eram responsáveis por 80% das tarefas domésticas (OPAS, 2022).

A OPAS (2022) afirma que a dupla jornada do cuidado no momento da pandemia tornou as mulheres da área da saúde mais propensas a desenvolverem ansiedade, depressão, insônia e o esgotamento mental em comparação aos homens na mesma ocupação. O relatório também destaca que no período da pandemia, o isolamento social aumentou as chamadas em linhas diretas da violência doméstica em 40% em alguns países, enquanto em outros diminuiu, o que indicou a dificuldade em denunciar e buscar ajuda por estarem trancadas 24 horas com seus agressores (OPAS, 2022).

Na realização do estudo, a OPAS (2022) concluiu que a incorporação do debate de gênero ao pensar sobre a pandemia ainda foi insuficiente, pois o gênero não aparece nas análises sobre os efeitos da pandemia, o que dificulta identificar as reais demandas enfrentadas pelas mulheres. Na particularidade brasileira, essa realidade também foi constatada pela pesquisa do Instituto Data Folha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública denominada "Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil" em 2021. O estudo aponta que 50,9% das mulheres relataram níveis mais altos de estresse em casa devido à pandemia, em comparação a 37,2% dos homens. Isso ocorre pela vinculação da mulher às atividades desempenhadas no cuidado com lar, com filhos e os cuidados com a saúde de doentes afetados pelo vírus no período da pandemia, o que acentuou a sobrecarga ligada ao papel de gênero que essas mulheres já enfrentam.

Acerca de dados da área da violência, no Brasil pandêmico o próprio lar das mulheres se tornou um lugar inseguro. O Instituto Datafolha (2021) identificou que 48,8% das vítimas informaram que a violência mais grave vivenciada no período de 2020 ocorreu dentro de suas casas. A pesquisa concluiu que a cada um minuto no país, durante a pandemia em 2020, 8 mulheres eram agredidas.

Nesta linha, o cenário de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e a pandemia da Covid-19 representa um momento histórico-político cercado por austeridade fiscal, teto de gastos e desfinanciamento das políticas sociais, marcas do governo Temer (2016-2019) e do Governo Bolsonaro (2019-2022), que na tentativa de garantir as imposições fiscais representadas pela Emenda Constitucional nº 95 aprovada em 2016, perpetuaram momentos de retirada de direitos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais e políticos. Isso em plena Pandemia da Covid-19 com o isolamento social resultou em alto índice de fome, desemprego e morte de inúmeros brasileiros. Sobre isso, Keila de Souza (2023), em sua dissertação de mestrado sobre a falta de políticas públicas do cuidado na pandemia da Covid-19 no Brasil, demonstra, em dados, o quanto esse processo afetou a vida de mulheres, estruturada, dialeticamente, em processos de exploração que evidenciam raça e gênero.

Concomitante, a referida autora aponta que no início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, as mulheres brasileiras representavam 53,4% da população desocupada, ao passo que, após um ano de pandemia esse número sobe para 54,5%. Tal cenário abre margem para que essas mulheres se submetam a trabalhos informais e precários na tentativa de garantir a sua reprodução social, ao mesmo tempo em que, por se tratar de um momento pandêmico, essa mão de obra que representa parte do exército industrial de reserva⁵, acaba sendo chamada para o cumprimento do cuidado em relação à saúde, reforçando e aprofundando a exploração da força de trabalho no que tange às questões de classe-gênero-raça.

Souza (2023) também debate que durante o primeiro ano de pandemia da Covid-19 a taxa de desemprego de mulheres por raça/cor aumentou sobremaneira, empurrando essa parcela da população a trabalhos vis, pois a escravidão que marca o contexto histórico e social da formação brasileira e determina as bases para o desenvolvimento do país. Existe um forte peso no processo de exploração da força de trabalho das mulheres negras, que Angela Davis (2016) caracteriza como “legado da escravatura”. Souza (2023) observa que:

Não apenas a desocupação delas aumentou, mas a própria taxa de participação feminina, correspondente às mulheres em idade ativa que ofertam horas para o mercado de trabalho, reduziu no período, tendo se tornado menos disponíveis para trabalhar, em muito pela sobrecarga do cuidado (Souza, 2023, p. 118).

Sobre isso, dados do IBGE (2022) que Souza (2023) traz para o debate, apontam que as mulheres pretas e pardas foram as mais afetadas no cenário pandêmico, com níveis mais elevados que a média populacional. Essas mulheres representaram 39% daqueles que se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza. Portanto, entende-se que o processo de cuidado das mulheres vai desde a sua vida privada, até em momentos de calamidade pública, como o caso da Covid-19, mas não só, é possível observar também inúmeras quebras de direitos sobre esses corpos. A fome, a pobreza, a exploração da sua mão de obra e seu trabalho não remunerado são essenciais para que se mantenha as bases sociais vigentes, alicerçadas no

⁵ O exército industrial de reserva se refere à força de trabalho excedente para a necessidade da produção.

capitalismo dependente e neoliberal, que imbricando classe, raça e gênero aprofunda os processos de apropriação do tempo de trabalho e vida de mulheres pretas e pobres.

Evidencia-se que o avanço do neoliberalismo e das políticas de ajuste estrutural prejudicou as condições de vida da classe trabalhadora, principalmente das mulheres. O Estado passou a atuar com força de trabalho voluntária para implementação de políticas sociais focalizadas e compensatórias, sem investimento. O Governo retrocede nas políticas de emprego e políticas sociais, a carga de trabalho das mulheres aumenta, gerando uma superexploração da sua força de trabalho, não obtendo novos avanços em sua autonomia econômica (Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, 2009).

De acordo com o AMB (2009), o Estado neoliberal reduz sua presença tanto na esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva. A consequência da retirada do Estado nestas esferas afeta diretamente as mulheres que perdem políticas importantes que poderiam liberar seu tempo e força de trabalho, como escolas públicas em tempo integral, serviços de cuidado a idosos, ampliação de atendimento ao SUS, equipamentos de lazer etc. Nesse sentido:

Esta política de retração do Estado na esfera reprodutiva, própria do neoliberalismo, leva a superexploração das mulheres com a intensificação da dupla jornada de trabalho para aquelas que conseguem entrar no mercado de trabalho (formal e informal) e com a extensão do tempo total de trabalho das donas de casa, todas enfrentando piores condições para os trabalhos de cuidados com a família e com cada vez menos tempo para si mesmas (AMB, 2009 p. 11).

Para equilibrar a desigualdade de gênero e a sobrecarga é necessário que o Estado atue com a implementação de meios facilitadores para as mulheres. As creches são apontadas como principal fator que contribuiria para a melhoria do trabalho. A maior oferta de vagas aliviaria a sobrecarga das mulheres que poderiam ter a tranquilidade de deixar seus filhos em um local seguro, enquanto exercem suas atividades e não precisam sobrecarregar outras mulheres como as avós das crianças ou irmãs mais velhas, evitando a prática do familismo que sobrecarrega às famílias, ou seja, as mulheres. (Marcondes, 2014).

Outro fator necessário a ser pensado é a democratização do cuidado, passando a responsabilidade do bem-estar social para o Estado e descentralizando da mulher. Ocorre que pensar na oferta de direitos sob a hegemonia do capital neoliberal é incompatível, Franch (2001) explica que o Estado neoliberal visa o Estado mínimo, em que a responsabilidade se concentra



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apenas em funções que somente ele pode realizar e o restante fica à disposição do mercado. Para Behring (2003), isso se traduz em Estado mínimo para o social e máximo para o capital, a fim de assegurar a ampliação e concentração de lucros nas mãos da burguesia nacional e internacional. Logo, isso gera reduções no orçamento público para as políticas sociais, apresentando como consequência cortes na área da saúde, educação, previdência, assistência etc. Para nós, mulheres, esse retrocesso atinge diretamente nossas condições de vida. Com a ausência do Estado é imperativa a sobrecarga de trabalho não remunerado. Sem acesso à saúde de qualidade, por exemplo, são as mulheres que precisam cuidar dos doentes em casa; sem creches e escolas com vagas suficientes também são as mulheres que precisam tomar conta das crianças (Franch, 2001).

Almeida (2017, p. 116) complementa reforçando que:

Esta apropriação do trabalho das mulheres consomem suas forças físicas e emocionais e vem carregada de sentimentos de culpabilização quando não conseguem dar conta de tais afazeres da maneira como lhes é exigido pela sociedade patriarcal.

Para o capital, portanto, é rentável que nós continuemos sobrecarregadas e suprindo as demandas necessárias da esfera da reprodução e do cuidado, sendo o trabalho não remunerado da mulher essencial para a manutenção do modo de produção capitalista.

Segundo Marcondes (2014) a democratização do cuidado vai além das políticas públicas, é pela concepção de se questionar como a sociedade se organiza no atendimento das necessidades sociais da vida humana e porque apenas as mulheres são responsáveis por isso, visando o horizonte de um futuro de emancipação humana para todas.

São necessárias estratégias para alcançar a mudança na forma como as políticas públicas são planejadas, incorporando outro sentido à ação do Estado e objetivando a superação das desigualdades de gênero e sociais. É preciso enfrentar a problemática em seu caráter estrutural, construindo políticas públicas não focalizadas. Isso só é possível através da luta organizada e da ocupação dos espaços de poder por mulheres comprometidas com essas pautas, almejando uma representatividade efetiva e participativa (AMB, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando tudo que foi abordado até aqui, percebemos que as esferas produtivas e reprodutivas são um compósito, que se apresentam dialeticamente na realidade concreta. Logo,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em uma abordagem que parta da raiz dos problemas, não há como analisar a esfera da produção sem abordar a esfera da reprodução. Portanto, o trabalho de cuidado está necessariamente integrado às cadeias produtivas, assim como gênero e raça são estruturantes e utilizados pelo modo de produção capitalista para ampliação dos seus tendões de exploração e dominação.

O tempo de trabalho das mulheres da classe trabalhadora, que ocupam as duas esferas de forma incessante e intermitente, alternando-as, é aquele do qual o Estado burguês se apropria e utiliza para terceirizar funções de sua responsabilidade. A proteção social não deve ser relegada à família. Além disso, não há qualquer mensuração ou possibilidade de remuneração de um trabalho que parece existir em abstrato, institucional e legalmente falando - vide que as empregadas domésticas foram ter acesso aos primeiros direitos trabalhistas durante o ano de 2013, após incessante luta, por meio da PEC n° 72.

Ultrapassando essa conquista importante, precisamos, como profissionais da área de Serviço Social, pensar e abarcar as necessidades de mulheres que dedicam sua vida ao cuidado doméstico em um ciclo intermitente, relegado geração após geração. É preciso formular e efetivar Políticas Sociais que garantam estabilidade e melhores condições de vida para essa população. Ademais, para não fugir de alternativas consistentes e eficazes, desvelar as contradições que constroem sócio-historicamente a naturalização do lugar da mulher, evidenciando a necessidade de construção de espaços públicos e coletivos de cuidado, como aqueles mencionados anteriormente.

Em momentos de crise generalizada, como foi durante a pandemia de Covid-19, as contradições se acirram e a falta de cobertura e garantias advindas do Estado penalizam objetivamente pessoas, que possuem sexo, classe e raça. Como podemos observar ao longo desse trabalho, nas análises qualitativas e quantitativas, as mulheres da classe trabalhadora sofreram os maiores impactos, diluindo, ainda mais, suas existências em detrimento dos cuidados com terceiros. De forma objetiva e subjetiva, tivemos nossa individualidade (garantida legalmente dentro dos marcos burgueses) subjugada aos processos macrosociais - ou seja, não conseguimos sequer acessar os mínimos garantidos por um direito estruturado para manutenção e alargamento do modo vigente de produção e reprodução da vida.

Além de superar o neoliberalismo que é, por essência, avesso às políticas democráticas, para garantir o desenvolvimento continuado das políticas sociais, precisamos que as mesmas sejam construídas como Política de Estado e não como Política de Governo. A história recente do Brasil, ao mesmo tempo que nos reduziu a pó, foi imperativa na lição: apesar de não romper com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a prática neoliberal, os governos petistas avançaram frente a algumas demandas apresentadas e disputadas cotidianamente pela classe trabalhadora - apesar de, em contrapartida, alargar radicalmente os bolsos de banqueiros e burgueses - que foram derrubadas a uma só canetada pelo governo neofascista que ocupou a cadeira de poder.

Como na leitura de Gramsci, retomado por Behring (2003), entendemos o Estado como espaço de disputa e batalha da sociedade civil por hegemonia, dentro de um sistema pautado pela contradição. Partindo de uma lógica dialética, hora ou outra se sobressai os interesses de uma classe em detrimento da outra. Portanto, um projeto continuado de políticas sociais que evidencia melhores condições de vida para a classe trabalhadora negra e feminina precisa ser compreendido como política de Estado, visando a garantia da sua permanência e possível ampliação.

Em uma perspectiva crítica, precisamos dar luz às estruturas que criam essas condições degradantes (sexo, raça e classe) para melhor evidenciá-las dentro das famílias, desreponsabilizando mulheres e abandonando o espectro da “culpa cristã” e da naturalização ideológica (pois, como vimos, não há materialidade que comprove essa tese biologizante) do lugar a ser ocupado por mulheres. Nesse sentido, para criar condições de superá-lo, precisamos fazer uma defesa intransigente de um projeto profissional que contemple a classe trabalhadora em toda a sua diversidade, marcada sócio-historicamente por vetores de sexo e raça.

Saltando os muros profissionais e evidenciado um projeto societário que dê vida a outras formas de sociabilidade, não podemos nos limitar aos âmbitos institucionais dos direitos sociais básicos. Eles são importantes, mas não foram e não serão suficientes para superar o caminho turbulento trilhado pela contradição capital/trabalho, que insistentemente respinga sobre os mesmos corpos. O horizonte ético-político precisa superar a lógica capitalista, patriarcal e racista e construir um mundo que evidencia as necessidades humanas enquanto esmaga as necessidades do capital e da acumulação de mais-valia.

Em uma perspectiva crítica de totalidade, entendemos que enquanto o capitalismo seguir como a lógica social vigente, objetiva e subjetivamente, não há local dentro do Estado burguês para ampliação do que é necessário para superá-lo. Afinal, sem verba não há Política Social e, sem Política Social, meninas e mulheres da classe trabalhadora estão objetivamente fadadas aos mesmos lugares, ainda que de forma subjetiva encontrem mecanismos e formas de resistência - reforçando, a história se faz no curso das contradições. Logo, assim como o trabalho de cuidado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que sobrecarrega mulheres, a luta e as saídas precisam constituir um projeto coletivo de sociedade.

REFERÊNCIAS

Almeida, Janaiky Pereira. Organismos Internacionais e Enfrentamento à Precarização do Trabalho das Mulheres na América Latina. 2017. Tese (Política Social) - Universidade de Brasília.

Articulação de Mulheres Brasileira - AMB. Articulando as lutas feministas nas políticas públicas. Brasília, dezembro de 2009.

Ávila, Maria Betânia; Ferreira, Verônica. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: Sos Corpo, 2014.

Behring, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

Davis, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Boletim Especial 8 de Março de 2024 – Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html> Acesso em: 24 jul 2024.

Ferreira, Verônica. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. Recife, 2017. 202 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pernambuco.

Franch, Mónica. Ajuste Estrutural, pobreza e desigualdade de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres. Recife, Iniciativa de Gênero; SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001.

Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: < <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> Acesso em: 08 ago 2024.

Iamamoto, Marilda. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

Instituto Data Folha; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 3ª edição. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> Acesso em: 24 jul 2024.

Lukács, György. Para uma Ontologia do Ser Social I. São Paulo: Boitempo, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Marcondes, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48h: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: Sos Corpo, 2014. Cap. 3. p. 79-105.

Mies, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Revista Direito E Práxis*, 7(3), 838–873. 2016 Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25360> Acesso em: 08 ago 2024.

OPAS, Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas. 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas> Acesso em: 24 jul 2024.

Souza, Keila de. (A FALTA DE) POLÍTICAS PÚBLICAS DO CUIDADO NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: A POSIÇÃO DAS MULHERES SOB OS RECORTES DE RAÇA E CLASSE. Curitiba, 2023. 221 p. (Dissertação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná.